7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI): *"Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global"*

6, 12, 13 e 14 de dezembro de 2024 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS).

Área Temática: Raça e Antirracismos nas Relações Internacionais

RAÇA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A BRANQUITUDE NAS OPERAÇÕES DE PAZ

Nicolas Vitor Ribeiro Rohrbacker
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

RESUMO:

As Relações Internacionais e a raça possuem uma íntima relação, embora a noção da Raça como um dos elementos fundadores das relações internacionais não seja destacada o quanto merece, tanto na área, quanto na disciplina. Embora a branquitude tenha saído com os lucros da colonização e da escravidão, uma das fontes primárias do comércio internacional, segue sendo uma identidade racial "invisível", ou seja, não se enxerga como um indivíduo com raça, e nem mesmo seu papel em uma estrutura e em um mundo onde a raça importa. O objetivo desse trabalho é diminuir a transparência da branquitude nas relações internacionais, mais especificamente nas operações de paz da ONU. Como a branquitude atua nas relações internacionais? Em um mundo de violência racial, como a branquitude atinge as operações de paz? Essa pesquisa busca explicar a noção de branquitude no cenário internacional e nas relações internacionais, mais precisamente buscar a conexão e privilégios da branquitude nas operações de paz, que podem ditar onde e quando essas operações acontecem, e até mesmo se acontecem, decidindo quais violências importam ou não. Considerando que já foi identificado que essas operações de paz ocorrem até os dias atuais, somente em países com a densidade populacional de maioria não branca. Um exemplo de tal política são as operações de paz em seu formato liberal, e como apresentados por autores críticos, refere-se a paz promovida

pela ONU que disseminam o formato de sociedade, economia e política liberal, desconsiderando outras formas de sociedade. Para tanto, a metodologia trabalhada é a revisão bibliográfica de autores das Relações Internacionais e Ciências Sociais, pretende-se realizar a análise dos documentos de missões de paz da ONU que auxiliam a compreensão do problema. Seguindo através da lógica de W.E.B Du Bois, da “linha de cor global”, ou por Charles Mills, com o “Contrato Racial”, ferramentas teóricas importantes para a compreensão e identificação da divisão do mundo em raça, ou de um acordo de raça, assim é possível explicitar, não deixar em “branco”, os espaços para a problematização da ação da branquitude. Ao considerar tudo isso, se faz necessário identificar os elementos e ações, que tornam visível a presença e privilégio da branquitude nas relações internacionais e nas operações de paz, principalmente considerando que branquitude surge para discutir a identidade e o espaço de privilégio que os indivíduos brancos ocupam na sociedade. Dessa forma, é possível tornar essa política de paz em algo plural e que considere as diversas formas de culturas e violências a serem combatidas, essencial para a efetividade dessa política internacional.

Palavras-chave: raça, relações internacionais, branquitude, operações de paz, supremacia branca

INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais têm historicamente negligenciado a importância da raça e da branquitude, mesmo com contribuições significativas de teóricos como W.E.B. Du Bois, que introduziu a ideia da "linha de cor global" como um elemento estruturante das relações de poder internacionais (DU BOIS, 1987). Charles Mills, com seu conceito de "contrato racial", e outros estudiosos como Ruth Frankenberg e Peggy McIntosh, discutem o "privilégio branco", e fornecem uma base teórica robusta para compreender como a raça molda as interações globais e, especificamente, as operações de paz (FRANKENBERG, 1993; MCINTOSH, 1988).

A crítica da paz liberal, promovida por autores como Roland Paris, Oliver Richmond e Jason Franks, argumenta que as operações de paz da ONU muitas vezes impõem um modelo de sociedade e economia liberal que não considera as realidades históricas e culturais dos países hospedeiros. Este modelo, segundo esses críticos, é inerentemente paternalista e racista, tratando os estados receptores como incapazes de autogovernar e necessitados de intervenção externa para se estabilizarem (PARIS, 1997; RICHMOND; FRANKS, 2008). A hipótese deste trabalho é que as Operações de Paz da ONU exemplificam a presença estrutural da branquitude nas Relações Internacionais. Essas operações, concebidas para intervir em cenários de conflitos no Sul Global, refletem não apenas uma tentativa de reconstrução de Estados, mas também de manutenção de uma ordem racial hierarquizada, onde a supremacia branca permanece implícita.

A pesquisa é essencialmente qualitativa e desenvolvida em três seções a partir da revisão bibliográfica de autores das Ciências Sociais e das Relações Internacionais para demonstrar a presença da branquitude nas Relações Internacionais. A revisão bibliográfica inclui contribuições teóricas pós-coloniais e decoloniais, que oferecem uma lente crítica para entender o papel da raça na política internacional. Autores como Frantz Fanon, Aníbal Quijano e W.E.B. Du Bois são fundamentais para situar teoricamente o conceito de branquitude e suas implicações globais.

O primeiro capítulo trata da noção de raça tanto na disciplina quanto na área, em segundo lugar apresenta a branquitude e suas características nas RI evidenciando seu papel na construção da política de o Operações de Paz da ONU. Por fim, caracteriza a presença da branquitude em contraste com sua invisibilidade nas Operações de Paz destacando as suas consequências. Os objetivos deste artigo são três: (1) Delinear o debate racial nas Relações Internacionais, situando a raça como um fator central, mas negligenciado, na análise dessa disciplina; (2) Evidenciar a presença da branquitude nas Relações Internacionais, com ênfase nas suas manifestações invisíveis, mas influentes; (3) Analisar como as Operações de Paz

da ONU, em sua conformação e prática, perpetuam a branquitude, utilizando uma análise crítica de autores que discutem o poder racial na política internacional.

O primeiro resultado alcançado pela análise é a constatação da invisibilidade proposital da branquitude nas Relações Internacionais. A branquitude, embora não seja explicitamente discutida, molda as dinâmicas globais de poder e normatiza práticas que favorecem os países do Norte Global, predominantemente brancos, em detrimento dos países do Sul Global. As Operações de Paz da ONU são um exemplo claro dessa normatização, onde as intervenções são realizadas com base em premissas e valores que refletem uma visão eurocêntrica do que constitui "paz" e "estabilidade".

Sendo assim, esse trabalho evidencia a necessidade de problematizar a branquitude nas Relações Internacionais, especialmente em políticas internacionais como as Operações de Paz da ONU. A invisibilidade da branquitude significa que os privilégios conferidos aos brancos nas dinâmicas globais permanecem inquestionados, perpetuando injustiças e desigualdades raciais. Ao tornar visível essa marcação racial, abrimos espaço para um debate mais equitativo sobre as Relações Internacionais e a necessidade de reorientar essas políticas para uma paz que supere as hierarquias raciais e promova uma justiça racial efetiva. O compromisso com uma paz equitativa exige uma análise crítica de todas as formas de violência, incluindo as que são mantidas pela invisibilidade racial. Ao destacar a presença da branquitude nas Operações de Paz, este trabalho busca contribuir para um debate mais profundo sobre como as políticas internacionais podem ser reformuladas para promover a justiça e a igualdade.

A RAÇA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nesta sessão abordaremos as principais discussões da raça e branquitude nas relações internacionais a fim de caracterizar, visibilizar a discussão e problematizar a branquitude nas Relações Internacionais. A partir do século XX, autores como W.E.B. Du Bois e Charles Mills oferecem perspectivas críticas sobre como o racismo estrutural, através de conceitos como a 'linha de cor global' e o 'contrato racial', influencia a política internacional. Mas para tanto, é necessário compreender o surgimento da tecnologia da raça, e do racismo, para então compreendermos como estes elementos influenciam nas Relações Internacionais, e por consequência, nas Operações de Paz.

A compreensão da raça como uma construção social é crucial para analisar as Relações Internacionais. Inicialmente, essa construção foi usada para diferenciar plantas, animais e, posteriormente, pessoas (ALMEIDA, 2018). A importância da raça e da branquitude na disciplina de Relações Internacionais tem sido amplamente negligenciada, apesar de

serem elementos estruturantes (SILVA, 2021). Desde o princípio, a raça impôs características negativas aos não-colonizadores, utilizando justificativas espirituais e religiosas. Escritos gregos e romanos refletiam a crença na superioridade de suas culturas, considerando outros povos como bárbaros ou pagãos (MACHADO, 2018)(DIOP, 1983 Apud MACHADO, 2017).

De acordo com Quijano (2007), a classificação de pessoas com base em características raciais é uma construção social resultante da colonialidade e expressa em forma de poder que é continuamente disseminado através da racionalidade específica do eurocentrismo. Isso implica na retirada da identidade e cultura dos povos colonizados e na criação de uma nova identidade colonial de caráter negativo, omitindo produções culturais e históricas. (QUIJANO, 2007, p. 212). Por essa razão, alguns elementos raciais não são ressaltados nas Relações Internacionais, por exemplo, essa perspectiva mais abrangente, é crucial considerar a influência do tráfico de escravizados na formação do sistema internacional e dos Estados modernos. O comércio transatlântico de escravos, que começou no século XVI e continuou por séculos, desempenhou um papel significativo na construção da economia global e na expansão dos impérios europeus. A exploração desumana de milhões de africanos, arrancados de suas terras e forçados ao trabalho escravo nas Américas, gerou riquezas que sustentaram o desenvolvimento dos Estados europeus. Como aponta Eduardo Galeano, foi o sacrifício dos escravos no caribe que financiou a máquina de James Watt e o progresso de Washington (GALEANO, 2010). Além disso, o tráfico de escravos influenciou diretamente a formação do sistema internacional, uma vez que as rotas e fluxos comerciais foram determinantes na expansão do poder das nações europeias. A exploração e dominação de outros povos e territórios foram fundamentais para a consolidação do poder estatal e a definição das fronteiras territoriais. (SILVA, 2021)

Essas contribuições ao longo do tempo mostram como a ideia de raça foi construída para consolidar a superioridade branca sobre outras raças, utilizando justificativas religiosas, científicas e filosóficas. Como aponta Shucman o racismo é um regime de opressão que funciona para rejeitar certos grupos da competição de poder e distribuição de recursos (SCHUCMAN, 2012). E quando se trata das Relações Internacionais é possível constatar uma grande influência da branquitude patriarcal euro estadunidense como ator normatizador das RI (SILVA, 2021). Ou seja, é possível compreender a branquitude além de uma marcação racial, mas como um agente que disseminador de normas e padrões eurocêntricos, de economia e sociedade.

Da mesma maneira, raça é um fator crucial nas Relações Internacionais (RI), moldando as dinâmicas de poder global e as interações entre estados. W.E.B. Du Bois, em "*The Souls of Black Folk*", argumenta que a questão racial está no centro das relações internacionais, influenciando desde a diplomacia até o comércio e a guerra (DU BOIS, 1987).

Os debates raciais no campo das RI envolvem uma análise crítica de como o racismo e as estruturas coloniais moldam as práticas e políticas globais contemporâneas. Frantz Fanon, em "*The Wretched of the Earth*", oferece uma perspectiva poderosa sobre como o colonialismo criou divisões raciais que continuam a influenciar os sistemas políticos e econômicos globais (FANON; SILVEIRA, 2008). Outro teórico importante para compreender a criação da identidade do "outro" é Edward Said, em "*Orientalism*", discute como as narrativas ocidentais sobre o Oriente perpetuam estereótipos raciais e justificam a dominação colonial (SAID, 1990). E ainda, como confere, a teoria da "Linha de Cor Global" de W.E.B. Du Bois argumenta que o racismo sistêmico afeta as relações internacionais, desde a diplomacia até o comércio e a guerra (DU BOIS, 1903).

Outra abordagem interessante para compreender a profundidade de intimidade da raça nas Relações Internacionais é o capitalismo racial. Jenkins e Leroy apontam em seu livro "*Histories of Racial Capitalism*" que esse elemento é essencial para entender as interseções entre raça, colonialismo e capitalismo, pois foi o processo histórico da colonização e acumulação de capital que atuaram em alavancar e intensificar as distinções raciais. Outra questão importante é que a raça funciona como uma ferramenta para naturalizar as desigualdades produzidas pelo capitalismo (JENKINS; LEROY, 2012).

Sendo assim, as Relações Internacionais possuem uma relação íntima com a Raça. Pois como observa Du Bois (1925, 502), a guerra não foi uma aberração da civilização europeia, mas sim a sua expressão mais clara, e as principais causas da grandeza europeia - a expansão ultramarina e o engrandecimento colonial - também foram as próprias causas da guerra (DU BOIS, 1987).

Juntamente com isso, é relevante apontar que em 1910 surge uma revista chamada "*Racial and development*", o nome original da revista mais importante da área, hoje chamada de "*Internacional Affairs*" e que em seu princípio se dedicava ao estudo e pesquisa do desenvolvimento das raças através do mundo e o desenvolvimento de Estados considerados atrasados na concepção de civilização (SILVA, 2021). Foi nessa revista onde Du Bois inaugurou um ano antes de Lenin a discussão do mundo pós-colonial.

Embora haja pesquisadores como como Karine Silva, que argumentam que as RI's sofrem de um esquecimento sistemático, ou então uma amnésia, é necessário considerar o que foi apontado por Anievas, Machanda e Mills, as RI, sofrem por uma Afasia, e não uma amnésia. Amnésia é esquecimento não intencional, já a Afasia, envolve esquecer e ignorar o passado racista propositalmente (ANIEVAS; MACHANDA; SHILLIAM, 2015, p. 76). Sendo assim é necessário lembrar e relembrar sua importância.

A presente seção oferece contribuições significativas ao aprofundar a análise da raça nas Relações Internacionais, evidenciando como a raça e o racismo estrutural permeiam o desenvolvimento dessa disciplina e moldam práticas globais. Ao discutir autores centrais como W.E.B. Du Bois, Charles Mills, Frantz Fanon e Edward Said, o texto revela a influência do colonialismo e da supremacia branca na construção das hierarquias internacionais. Além disso, a reflexão sobre o capitalismo racial e a colonialidade, destacada por Jenkins e Quijano, reforça como a raça é um fator crucial para entender as dinâmicas de poder e desigualdade no sistema internacional. Por fim, a discussão sobre a afasia nas RI evidencia a necessidade de incluir a raça como elemento central de análise, reafirmando a urgência de tornar visíveis essas questões nas agendas globais contemporâneas.

A BRANQUITUDE E SUA INVISIBILIDADE

Essa sessão oferece uma visão crítica e ampla sobre o papel da branquitude nas Relações Internacionais (RI), destacando seu impacto histórico e contemporâneo. Ao revisar contribuições de autores como Du Bois, Fanon, Frankenberg e Bento, é possível compreender como a branquitude opera não apenas como uma construção social, mas também como um mecanismo de manutenção de poder nas políticas internacionais. A invisibilidade da raça branca e a normalização de seus privilégios são fatores fundamentais para entender a perpetuação de desigualdades no sistema mundial. Essa seção também aponta para a importância de debater a branquitude nas operações de paz, onde frequentemente se perpetua a ideia de neutralidade racial. Ao destacar a centralidade da branquitude no campo das RI, é possível abrir espaço para um debate mais inclusivo, que reconheça as dinâmicas raciais como essenciais para a compreensão do poder e da justiça global.

Ao já compreendermos o debate racial nas relações internacionais como uma discussão historicamente negligenciada mesmo tendo uma relação íntima torna-se possível visualizar a branquitude. A branquitude é um conceito sociológico que se refere à vantagem sociocultural, econômica e política concedida a pessoas consideradas brancas em comparação com outros grupos étnicos. Este privilégio não é uma característica biológica, mas uma construção social que varia ao longo do tempo e do espaço. W.E.B. Du Bois foi o primeiro filósofo negro a falar sobre a identidade do indivíduo branco em uma sociedade racista como os Estados Unidos do século XX. Em "*Black Reconstruction in the United States*" (1935) e "*The Souls of White Folks*", Du Bois explora como a branquitude confere certos privilégios aos brancos, mesmo quando enfrentam adversidades econômicas (DU BOIS, 1987). Frantz Fanon, avança nessa agenda de estudo, em "*Peau Noire, Masques Blancs*"

(1952), o teórico fundamental para a compreensão da identidade racial branca. Fanon argumenta que:

> Na medida em que concebe a cultura européia como um meio de se desligar de sua raça é que ele é um alienado. Para o segundo, é como vítima de um regime baseado na exploração de uma raça por outra, no desprezo de uma parte da humanidade por uma civilização tida por superior (FANON; SILVEIRA, 2008, p.185).

Vale ressaltar que a branquitude tem se manifestado de maneiras diferentes em diversos contextos culturais e históricos. Nos Estados Unidos, ela está ligada à origem étnica e genética, enquanto em países como o Brasil, está relacionada à aparência e ao fenótipo. Na África do Sul, tanto o fenótipo quanto a origem são importantes marcadores de branquitude (SCHUCMAN, 2012). Já no Congo e outras regiões da África, branquitude é associada com poder, status, e muitas vezes, privilégio econômico.

Os estudos sobre a branquitude começaram com os "*Critical Whiteness Studies*" nos Estados Unidos, mas se expandiram para outros países como Austrália, Inglaterra, África do Sul e Brasil. Peggy McIntosh, em "*White Privilege: Unpacking the Invisible Knapsack*" (1989), introduz o conceito de privilégio branco, destacando como a branquitude confere vantagens e privilégios sociais muitas vezes imperceptíveis para aqueles que os possuem (MCINTOSH, 1988). Ruth Frankenberg, em "*White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*" (1993), explora a participação das mulheres brancas na construção e manutenção da branquitude, destacando a interseção entre gênero e raça (FRANKENBERG, 1993).

Ainda ao considerarmos a contribuição de Frankermberg, a raça branca molda as pessoas, da mesma forma que o gênero e sexualidade molda os indivíduos. Sobre isso ela diz:

> Meu argumento neste livro é que a raça molda a vida das mulheres brancas. Da mesma forma que a vida tanto dos homens quanto das mulheres é moldada pelo gênero, e que as experiências das mulheres heterossexuais e lésbicas no mundo são marcadas pela sua sexualidade, pessoas brancas e pessoas de cor vivem vidas estruturadas racialmente. Em outras palavras, qualquer sistema de diferenciação molda tanto aqueles aos quais confere privilégios quanto aqueles que oprime. Pessoas brancas são "racializadas", assim como os homens são "generificados". E em um contexto social onde pessoas brancas frequentemente se enxergaram como não raciais ou racialmente neutras. (FRANKENBERG, 1993, p. 1 - 22, *tradução nossa*)

Frankenberg argumenta que a identidade branca é frequentemente percebida como uma ausência, uma norma neutra ou um padrão universal, o que oculta sua centralidade nas estruturas sociais. Ela critica a tendência de tratar a branquitude como algo natural e inevitável, enfatizando que é, na verdade, uma construção social mantida por meio de práticas, discursos e instituições. Ao refletir sobre suas próprias vivências como mulher branca e feminista, Frankenberg analisa como a identidade branca é formada por privilégios,

estereótipos e relações de poder. Além disso, ela aborda a possibilidade de desconstruir essa identidade, promovendo uma maior conscientização e responsabilidade no combate ao racismo. Seu trabalho foi inovador ao questionar a ideia de que a identidade branca é uma posição neutra ou desprovida de raça, ressaltando a importância de reconhecê-la como um fator central na criação e manutenção das desigualdades raciais. Frankenberg abriu caminho para estudos posteriores sobre privilégio branco e identidade racial, contribuindo para o avanço da conscientização racial e do engajamento com a justiça social. Suas contribuições, que articulam gênero e raça, são fundamentais para o entendimento da branquitude, pois influenciam uma série de pesquisas subsequentes que exploram o privilégio branco e suas implicações nas desigualdades sociais.

A obra de Edith Piza, "Porta de vidro: entrada para a branquitude" (2002), também contribui para a compreensão da identidade branca, destacando como os brancos muitas vezes não se percebem como seres racializados, e quando isso acontece, se assemelha com o encontro inesperado com uma porta de vidro. (PIZZA, 2002 apud SCHUCMAN, 2012). Lia Schucman também contribui para essa agenda ao elaborar sobre a normalidade que a pele branca confere aos sujeitos brancos, fundamentando-se nos trabalhos de Pizza e Frankenberg (SCHUCMAN, 2012).

Atualmente a branquitude vem sendo visualizada de diversas formas nos estudos sociais, a fim de caracterizar as principais nuances dessa marcação racial. A branquitude crítica e acrítica são formas de analisar a identidade racial branca. Lourenço Cardoso, em seus estudos, diferencia a branquitude crítica, ou seja, antirracista, que desaprova o racismo, da branquitude acrítica, racista, que sustenta ideais racistas (CARDOSO, 2010). Essa categorização é importante para apontar as nuances dessa marcação racial.

A branquitude opera de maneira invisível, conferindo vantagens sistemáticas aos brancos enquanto marginaliza outros grupos raciais. A brasileira Cida Bento, em "O Pacto Narcísico da Branquitude", argumenta que a branquitude é frequentemente invisível nos debates raciais, perpetuando estruturas de poder desiguais (BENTO, 2002). É importante evidenciar as formas em que a raça branca mantém a sua posição de privilégio na sociedade. Nesse sentido, Maria Aparecida Silva Bento, em seu trabalho, explica a Indignação narcísica, que acontece apenas quando problemas de trabalhos afetam a classe do grupo de pertença. Essa é uma forma de compreender como a branquitude pode mover ou sustentam uma estrutura de poder, para se manterem privilegiados. Outro exemplo seria o “pacto narcísico da branquitude”.

Sobre o “Pacto Narcísico da Branquitude”, a socióloga Cida Bento diz:

> O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. Quando precisam mostrar uma família, um jovem ou uma criança, todos os meios de comunicação social brasileiros usam quase que exclusivamente o modelo branco (BENTO, 2002, p. 10).

Em síntese, o pacto da branquitude se refere a um compromisso velado que os brancos estão inseridos, uma forma dos brancos manterem-se em uma estrutura racial e social que os privilegiam. No campo das RI, essa invisibilidade significa que as políticas e práticas internacionais frequentemente refletem e reforçam esses privilégios. Ou seja, problematizar a branquitude nas políticas internacionais é tornar visível e abrir ao debate os privilégios que continuam a ser conferidos aos brancos e as injustiças aos não-brancos na política internacional.

Embora possuam essa forte conexão, a disciplina de Relações Internacionais não costumam abordar a raça e a branquitude como um fator intrínseco nas relações de poder no sistema mundo colonial moderno (QUIJANO, 2009; SILVA, 2021). Segundo Erika Silva, isso acontece porque a parte mais baixa dessa relação não é reconhecida como sujeito sistêmico político nem mesmo epistêmico (SILVA, 2021, p. 39). Sendo assim, se não há reconhecimentos de suas posições em um debate, não há discussão. De certa forma, é isso que esse trabalho se propõe, a promover um caminho para o reconhecimento da branquitude nas Relações Internacionais para ampliar e melhorar o debate. É fundamentar debater a branquitude como posição de privilégio e de poder, tanto na disciplina quanto no sistema internacional.

No cenário internacional contemporâneo, a branquitude continua a influenciar eventos globais significativos, como o *Brexit* e as eleições de Donald Trump. Por exemplo, a campanha do *Brexit* utilizou retóricas nacionalistas e de identidade branca, argumentando que a saída da União Europeia protegeria a "identidade britânica" e a cultura branca do país. Similarmente, a eleição de Trump em seu primeiro mandato foi marcada por uma retórica anti-imigração e uma plataforma de "América Primeiro", que ressoou com eleitores brancos preocupados com mudanças demográficas e econômicas (BHAMBRA, 2017).

Por fim, este capítulo destaca a importância de problematizar a branquitude e sua invisibilidade nas Relações Internacionais (RI), revelando como esse conceito age como um mecanismo de manutenção de poder. Autores como Du Bois, Fanon e Frankenberg mostram que a branquitude é uma construção social que perpetua privilégios invisíveis e desigualdades raciais no sistema internacional. Ao abordar essa questão em políticas globais, como o Brexit e a eleição de Trump, o capítulo aponta a

necessidade de expor e debater a branquitude para promover uma compreensão mais equitativa e justa nas RI.

A PRESENÇA DA BRANQUITUDE NAS OPERAÇÕES DE PAZ

Ao compreendermos a branquitude e sua invisibilidade, necessitamos retirar o manto da invisibilidade dessa marcação racial, e expor suas consequências. Nas Relações Internacionais isso implica em políticas que não consideram outras experiências como válidas na construção da política internacional e da paz.

O filósofo jamaicano Charles W. Mills (1997) é fundamental para compreender como a branquitude se estrutura e se perpetua nas políticas internacionais, especialmente por meio do conceito de "contrato racial". Segundo Mills, esse contrato racial é um acordo implícito que beneficia aqueles que se identificam ou são identificados como brancos, garantindo privilégios que moldam as relações globais. Diferente do contrato social tradicional, que supostamente engloba todos os indivíduos, o contrato racial privilegia "as pessoas que contam", ou seja, os brancos (MILLS, 1997, p. 3). Esse contrato opera em várias frentes, sustentando práticas como o colonialismo, o imperialismo, e o apartheid, e criando uma divisão clara entre o *mainstream* e "os outros" – povos indígenas, africanos, americanos e aqueles do terceiro e quarto mundo, cujos pensamentos políticos foram historicamente marginalizados (MILLS, 1997, p.3).

Mills entende a supremacia branca não apenas como um fenômeno social, mas como um modelo político de dominação, tanto local quanto global, que serve à branquitude. Ele propõe que essa ausência de discussão sobre raça nas políticas internacionais pode refletir uma indiferença deliberada, revelando que a questão racial não é de interesse predominante nas relações internacionais. Mills divide o contrato racial em três dimensões: moral, como um código ético que justifica o privilégio branco; político, pela forma como molda a criação de sociedades e Estados; e epistemológico, ao criar um estado de ignorância que distorce a compreensão do mundo, perpetuando a supremacia branca como norma (MILLS, 1997, p. 9-19).

Sendo assim, podemos compreender de que forma a supremacia branca e o racismo são elementos centrais, e influenciadores do pensamento internacional, e por consequência das Operações de Paz. Trata-se de elencar os elementos que explicam como a política internacional influenciada pela supremacia branca, sendo assim, uma expressão da branquitude nas Operações de paz. Para tanto, podemos considerar as contribuições dos seguintes autores dessa agenda de estudo, Robert Vitalis, Branwen Gruffyd Jones, Frants

Fannon, Alexander Anievas, Nivi Machanda, Robbie Shilliam e Vijay Prashad. Argumentos que vão de encontro com o que nos propomos aqui.

Em *"White World order, Black Power Politics*" (2015) Robert Vitalis examina a história das Relações Internacionais como um campo de estudo destacando como a supremacia branca e o racismo foram centrais na formação do sistema internacional. Segundo ele:

> O projeto de libertação foi desde o seu início (e por necessidade) um movimento político e teórico de alcance mundial em resposta à teoria e prática da supremacia branca. O que é novo e importante neste livro é a descoberta de que os intelectuais, instituições e argumentos que constituíram as relações internacionais foram moldados por e frequentemente diretamente envolvidos com a promoção de estratégias para preservar e expandir essa hegemonia contra aqueles que lutavam para acabar com sua sujeição. (VITALIS, 2005, p. 12, *tradução minha*).

Vitalis trata de demonstrar como as relações internacionais como campo têm sido cúmplices na supremacia branca desde a sua criação, mantendo uma hierarquia racial global sob o pretexto de manter a ordem (VITALIS, 2015, p. 12). Sendo assim, podemos considerar este movimento nas Relações Internacionais como oriundo de uma prática da branquitude, pois como aponta Bhambra, a branquitude metodológica atua em defesa do *Status-quo* em que os brancos possuem vantagens (BHAMBRA, 2017).

Em contribuição a isso, os ensaios editados por Branwen Gruffyd Jones em 2006, argumenta que descolonizar as Relações Internacionais exige além de uma crítica as consequências coloniais, mas também o entendimento da forma que as hierarquias raciais persistem na governança global contemporânea (KRISHNA, p.3). Nesta obra argumentamos que uma das formas em que a branquitude expressa a sua defesa da posição racial na governança global contemporânea. Sankaran Krishna ao argumentar sobra a Amnésia da disciplina esclarece elementos importantes. Ela diz:

> A disciplina das Relações Internacionais (RI) foi e é baseada em uma política sistemática de esquecimento, uma amnésia intencional, em relação à questão da raça. Historicamente, o surgimento de um sistema de estados modernos, territorialmente soberanos na Europa, foi simultâneo e indissociável do genocídio dos povos indígenas do 'novo' mundo, da escravização dos nativos do continente africano e da colonização das sociedades da Ásia. A disciplina de RI mantém sua coerência ideológica por meio de estratégias cruciais de contenção que normalizam o surgimento simultâneo da soberania moderna e da desapropriação em escala global. (KRISHNA, JONES, p.89, 2006, tradução minha).

A disciplina das Relações Internacionais surge no século XX para atender as necessidades euro-estadunidenses, não é à toa que o primeiro grande debate acontece entre a corrente inglesa e a americana. A narrativa dominante tende a afirmar que o estudo dessa disciplina surge principalmente relacionada com a Primeira Guerra Mundial, mas também está relacionado a promoção da paz mundial, que por sua vez se relaciona também ao

colonialismo, com um foco especial para a partilha do continente Africano, o que alimentou o neocolonialismo das potências europeias. Para Du Bois foram as aspirações colonialistas e as desavenças das potências colonizadoras que em solo africano que levou a Primeira Guerra Mundial (DU BOIS, 1987; SILVA, 2021).

É relevante apontar como o sistema internacional, herdeiro dos impérios escravistas e colonizadores, continua a moldar o mundo, mas sobre o manto do sistema internacional, que consideramos nesta obra, marcado pela branquitude. Vai de encontro a isso, apontar que com o fim da Guerra Hispano-americano os EUA com sua ação imperialista além-mar inauguraram o ápice do racismo internacional, ao se vestir com o “Fardo do Homem Branco” que deve salvar os povos atrasados, sendo assim, justificando e legitimando a exploração e ocupação das colônias (SILVA, 2021, p. 40).

No início do século XX, Du Bois teorizou sobre a "linha de cor", uma estratificação racial que moldaria o poder global, fundamentada em forças políticas, econômicas e ideológicas, antecipando a noção da raça como uma construção sociológica e um elemento da política internacional (DU BOIS, 1999). Apesar disso, a disciplina de Relações Internacionais (RI) tem negligenciado a centralidade do colonialismo, escravidão e racismo em sua formação e minimizado a importância da África na manutenção da hegemonia dos países centrais (JONES, 2006; KRISHNA, 2006; BHAMBRA et al., 2020). E como conferido pelo confronto a teoria de cor global, esse conceito representa uma relação hierárquica que as relações internacionais não apenas refletem, mas ativamente reproduzem por meio de suas estruturas políticas (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015, p. 5).

Um reflexo dessa estrutura política pode ser encontrado na criação e formação das Operações de Paz da ONU. A primeira geração das operações de paz, que se concentrava em observar e monitorar cessar-fogos, refletia uma abordagem limitada que não integrava efetivamente considerações sociais, econômicas e raciais profundas nos conflitos em que atuava (MAIDANA, 2012). Esta fase inicial, embora tenha estabelecido um precedente importante para a intervenção internacional, muitas vezes falhou em abordar as causas raiz dos conflitos ou em engajar com as comunidades locais de uma maneira significativa para promover a paz sustentável e a justiça social (MAIDANA, 2012).

As operações de paz têm suas origens no contexto da Guerra Fria, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, visando a promoção da paz e segurança internacionais. A primeira operação de paz, a UNTSO, foi estabelecida em 1948 para monitorar o cessar-fogo na Palestina. As operações de paz evoluíram de missões tradicionais de monitoramento de cessar-fogo para missões multidimensionais, incluindo a construção de

instituições, promoção de eleições, proteção de civis e apoio humanitário. Inicialmente focadas em conflitos interestatais, essas operações passaram a lidar com conflitos internos e complexos no pós-Guerra Fria, refletindo as mudanças na natureza dos conflitos globais e a necessidade de abordagens mais abrangentes e integradas para a manutenção da paz (FAGANELLO, 2013). O processo de formação das operações de paz envolve a autorização pelo Conselho de Segurança da ONU, seguido pelo estabelecimento de mandatos específicos para as missões. Esses mandatos geralmente incluem tarefas de manutenção da paz, proteção de civis, assistência humanitária e apoio a processos políticos.

Nessa agenda de pesquisa costuma-se apresentar as Operações de Paz em 4 gerações. A primeira refere-se a fase inicial que acontece a partir das organizações de 1948. A segunda geração destaca-se pela grande gama de atuação em atividades passivas de execução no local foco da ação. Essas são as únicas divisões reconhecidas pela ONU, e chamadas de fase tradicional e multidimensional respectivamente. Isso acontece porque há outras maneiras de dividir as operações de paz, como apontado pelo autor, Kristine St-Pierre em seu trabalho "*Then and Now: undestanding the Spectrum of Complex Peace Operations*", que faz uma divisão interessante de acordo com os principais momentos históricos desde 1948 até o Pós 11 de Setembro (MAIDANA, 2012, p. 32).

Com o fim da Guerra Fria, as operações de paz evoluíram para sua segunda geração, caracterizada por abordagens mais multidimensionais que incluíam construção de paz, direitos humanos e desenvolvimento econômico e social. No entanto, mesmo com essas mudanças, as críticas persistem quanto à capacidade das operações de paz de verdadeiramente abordar as desigualdades estruturais e as dinâmicas de poder que perpetuam conflitos (UNITED NATIONS, 2008). A falta de uma abordagem integrada para lidar com questões raciais dentro das operações de paz é evidente nas políticas e práticas adotadas. Por exemplo, as estruturas de comando e decisão das missões de paz frequentemente refletem uma predominância de líderes e tomadores de decisão de origem ocidental, que podem não estar sensibilizados para as complexidades culturais e históricas locais (FAGANELLO, 2013).

Além disso, os marcos regulatórios que governam as operações de paz, como as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU e os acordos *Status of Forces Agreement* (SOFA), embora essenciais para a organização e eficácia das missões, também podem perpetuar desigualdades ao não abordar suficientemente as questões de justiça social e racial. Por exemplo, a imunidade legal concedida ao pessoal das missões de paz pode criar um vácuo de responsabilidade por abusos de direitos humanos, exacerbando tensões locais e prejudicando a legitimidade das operações (MAIDANA, 2012).

Nas Relações Internacionais, o “fardo do homem branco” só é possível pelo privilégio branco, de possuir o espaço de poder e de ator normatizador das relações internacionais e de seus adjacentes, como as operações de paz. É essa ideia de “herói branco” que guia as Operações de Paz da ONU em países considerados falidos ou falhados. O que impossibilita de levar em consideração as violências existentes, e dignas de solução nos países sedes. Sem considerar a relevância da branquitude na formação das relações internacionais, qual a paz que as Operações de Paz buscam?

A partir da compreensão do papel da branquitude na governança global na disseminação de um formato de mundo, será possível analisar quais as consequências da branquitude. Por exemplo, na MONUSCO, Missão de Estabilização da República Democrática do Congo, ou na MINUSTAH, no Haiti, é possível visualizar o cerne do problema da branquitude na condução de criação e normas de Estado, mas também, demonstra os movimentos da supremacia branca na estabilização da governança global.

A branquitude nas operações de paz se manifesta através da imposição de modelos liberais ocidentais. As operações de paz da ONU, como as citadas acima, frequentemente operam com uma abordagem paternalista, desconsiderando as realidades culturais e históricas dos países anfitriões. Por exemplo, estudos de Ramon Blanco e Lucas Guerra, ao examinar a MINUSTAH, mostram que essa abordagem pode exacerbar tensões raciais e minar a eficácia das intervenções (BLANCO, 2017; GUERRA, 2018). E ainda, segundo Blanco, essas operações atuam como dispositivos de "normalização" ao disseminarem um formato liberal de economia e sociedade, frequentemente em países com alta densidade populacional não branca (BLANCO, 2017, p. 53). A pesquisa de Roland Paris e Oliver Richmond critica as limitações do modelo liberal, propondo abordagens mais inclusivas e culturalmente sensíveis (PARIS, 2004; RICHMOND, 2008). Além disso, a branquitude se manifesta nas estruturas de poder dentro das missões, onde os líderes e formuladores de políticas são majoritariamente brancos, perpetuando desigualdades raciais.

A MONUSCO é um exemplo categórico para observarmos as consequências da branquitude nas Operações de Paz. A MONUSCO, inicialmente chamada de MONUC, que de 1999 a 2006, mandato pela resolução 1279 (1999), estabelecia funções de monitoramento, mas que devido ao desenrolar do processo exigiu uma ampliação determinada pela resolução 1856 (2008) e que estabelece funções características da segunda geração das operações de paz, ou seja, a multidimensional (MAIDANA, 2012, p. 36). A MONUSCO é a maior operação de paz exclusiva da ONU desde 2005, e de seu programa de auxílio ao desarmamento de grupos armados atuantes na RDC (DDCRRR). Os custos atuais de manutenção da MONUSCO chegam atualmente a US$ 1,4 bilhão. Segundo Hanson, esse valor seria

suficiente para que se completasse mais da metade de toda Reforma do Setor de Segurança, avaliada em US$ 2 bilhões. Ou seja, caso esses valores fossem investidos de forma correta, uma pacificação de forma mais autônoma, podendo dispensar grande parte das tropas da MONUSCO (HANSON, 2010 apud SILVA, 2012, p.25).

Soma-se a isso que mesmo com soluções encantadoras como essa, vale ressaltar o que confere Ha Joo-Chang (2004), ele aponta que:

> Os resultados negativos da implantação prematura de instituições baseadas em um padrão ocidental de desenvolvimento em países de desenvolvimento tardio. Esse padrão institucional atual não foi adotado pelos países industrializados na época inicial de seu crescimento econômico e desenvolvimento. Para ele, é justamente o contrário, a adoção prematura dessas instituições as quais deveriam ser construídas a partir de um processo natural, pode trazer instabilidade aos sistemas político e econômico dos países em desenvolvimento. Acaba-se com a aprendizagem de cada processo particular e perdem-se as prioridades específicas no desenvolvimento das políticas (CHANG, 2004, apud SILVA, 2012, p.25).

Isso é parte do contrato racial. Pois como confere Mills, este divide-se em três dimensões: moral, política e epistemológica. A dimensão moral refere-se a um código e uma psicologia moral; a dimensão política explica a formação e construção da sociedade e do Estado; e a dimensão epistemológica cria um estado cognitivo de superstição e ignorância, perpetuando uma visão distorcida do mundo (MILLS, 1997). Esse caráter epistemológico é crucial, pois fundamenta a conservação colonial e sustenta o sistema supremacista branco e seus privilégios (MILLS, 1997). Ao analisar a forma que as Operações de Paz são conformadas demonstra como essa política é atravessada por essas três dimensões descritas por Mills. Mas as operações de paz se encontram mergulhadas no caráter epistemológico, pois enxerga como normalidade a paz instauradas e mantidas nesses países, mesmo não chegando perto de uma paz positiva, ou sem qualquer tipo de violência como idealizado por Galtung no princípio dos Estudos para a paz (GALTUNG, 1969).

A ONU e suas operações de paz enfrentam desafios significativos no tratamento da violência racial. Embora os mandatos das operações de paz incluam a proteção de civis e a promoção dos direitos humanos, a implementação prática frequentemente falha em abordar adequadamente as questões raciais. Relatórios da ONU e pesquisas acadêmicas, como as de Priscila Fett sobre a MONUSCO, destacam casos de racismo e discriminação dentro das missões (FETT, 2013). A crítica de Lucas Guerra à MINUSTAH também revela a persistência de narrativas racistas nas intervenções da ONU (GUERRA, 2018).

Para expandir a análise crítica da branquitude nas operações de paz, é essencial considerar como a história e a estrutura dessas operações refletem e perpetuam dinâmicas de poder global e hierarquias raciais. Desde sua concepção após a Segunda Guerra Mundial,

as operações de paz da ONU foram projetadas para mitigar conflitos armados e promover a estabilidade, mas frequentemente operam dentro de um paradigma que favorece perspectivas e interesses dominantes, muitas vezes de nações ocidentais e predominantemente brancas.

As consequências disso, fica a encargo de países como do Congo:

> Se o material bélico é adquirido através de recursos naturais, o custeio das tropas (até mesmo as da ONU) é feita a "forragem", isto é, à custa do sangue e da pilhagem dos meios de vida da população local (SILVA, 2012, p.43).

Em resumo, a análise crítica da branquitude nas operações de paz deve continuar a destacar não apenas as falhas operacionais e estruturais das missões, mas também as implicações mais amplas de como essas operações refletem e perpetuam dinâmicas globais de poder e exclusão (FAGANELLO, 2013; UNITED NATIONS, 2008). A busca por uma paz verdadeiramente justa e sustentável requer um compromisso renovado em enfrentar essas questões de maneira transparente e inclusiva, promovendo uma participação efetiva das comunidades locais e um entendimento mais profundo das dinâmicas raciais e sociais em jogo.

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi demonstrar como o tema da raça e a branquitude são tratados e negligenciados nas Relações Internacionais mesmo sendo elementos de influência desde sua fundação. O foco principal foi elencar os elementos que expressam o movimento da branquitude como um agente presenta nas relações internacionais. Desta maneira tornar possível a compreensão do estudo da identidade branca como posição de privilégio que atinge o sistema internacional influenciando operações de paz, e que ignora as necessidades e experiências não brancas, por exemplo a MONUSCO. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para analisar como a política global é moldada por fatores raciais e de privilégio. Colocar a branquitude em discussão é crucial para abordar sua posição de privilégio e poder no sistema internacional.

A branquitude nas Relações Internacionais e nas operações de paz da ONU é um elemento crucial, embora frequentemente invisível, que molda as dinâmicas de poder global. Ela atua nas alocações de recursos e na definição de interesses onde essas operações de paz são realizadas, frequentemente desconsiderando outros formatos de sociedade que não sejam o liberal e branco. Reconhecer e criticar essa marcação racial é essencial para uma compreensão mais completa e justa das Relações Internacionais, e para a eficácia das operações de paz. Este artigo argumenta que a branquitude, ao perpetuar desigualdades e narrativas colonialistas, compromete os objetivos das operações de paz. Para alcançar uma

paz verdadeiramente positiva e inclusiva, é necessário expor e desafiar a branquitude nas Relações Internacionais e nas operações de paz da ONU, promovendo uma abordagem mais equitativa e sensível às realidades locais.

As operações de paz da ONU, em teoria, têm como objetivo promover a paz e a estabilidade em regiões de conflito. No entanto, a implementação dessas missões frequentemente reflete e reforça hierarquias raciais globais. Estudos de caso sobre a MONUSCO revelam como a branquitude se manifesta na prática dessas operações. Na MINUSTAH, por exemplo, as forças de paz enfrentaram críticas por práticas abusivas e atitudes paternalistas em relação à população haitiana, perpetuando estereótipos raciais e coloniais. Similarmente, na MONUSCO, a presença predominante de *peacekeepers* de países ocidentais e as estruturas de comando refletiram e reforçaram uma visão eurocêntrica de ordem e progresso.

Essa pesquisa enfrenta limitações significativas em relação à diversidade de exemplos e à análise detalhada de documentos específicos. Embora seja reconhecido a importância de uma abordagem mais ampla e profunda, a necessidade de diversificar as fontes e os casos estudados requer um esforço colaborativo e contínuo, além de recursos consideráveis. Visibilizar a questão racial e as estruturas de branquitude nessas operações, contudo, é um passo inicial essencial, que busca abrir caminhos para futuras pesquisas e novas perspectivas. As restrições de páginas também condicionaram o escopo do trabalho atual, que será expandido e condensado em um estudo subsequente, no qual pretende-se abordar com mais profundidade esses aspectos ainda em construção.

Para uma análise eficaz das operações de paz, é fundamental considerar a influência da branquitude e das dinâmicas raciais subjacentes. Este estudo não apenas contribui para uma compreensão mais profunda das Relações Internacionais, mas também sugere que a desconstrução da branquitude é essencial para alcançar uma paz genuinamente inclusiva e equitativa. Ao expor as formas como a branquitude molda as operações de paz da ONU, este artigo propõe uma reavaliação crítica das práticas e políticas atuais, promovendo abordagens que respeitem e integrem verdadeiramente as diversidades culturais e históricas das regiões afetadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Feminismos Plurais ed. Belo Horizonte: Letramento , 2018.

ANIEVAS, A.; MACHANDA, N.; SHILLIAM, R. **RACE AND RACISM IN INTERNATIONAL RELATIONS**. New York: Routledge, 2015.

ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R. **Race and racism in international relations: Confronting the Global Color Line**. New York: Routledge, 2015.

BHAMBRA, G. Brexit, Trump, and 'methodological whiteness': on the misrecognition of race and class. **British Journal of Sociology**, v. 68, p. 214–232, 1 nov. 2017.

BLANCO, R. Normalizando Anormais na Sociedade Internacional: Operações de Paz, Foucault e a Escola Inglesa. **Relações Internacionais**, n. 53, p. 83–107, mar. 2017.

CARDOSO, L. **Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>.

DU BOIS, W. E. B. The Souls of White Folk. **Library of America**, p. 923–38, 10 ago. 1987.

FAGANELLO, P. L. F. **Operações de Manutenção da Paz da ONU: De que forma os Direitos Humanos Revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz**. Brasília: FUNAG, 2013.

FANON, F.; SILVEIRA, R. DA. **Pele negra, máscaras brancas**. , 2008.

FETT, P. Tudo de novo no front: MONUSCO, uma nova era nas peacekeeping operations? **Revista de Direito Internacional**, p. 169–184, 2013.

FRANKENBERG, R. Points of Origin, Points of Departure. Em: **White Women, Race Matters**. The Social Construction of Whiteness. NED-New edition ed. [s.l.] University of Minnesota Press, 1993. p. 1–22.

GALTUNG, J. **Violence, peace, and peace research**. **Journal of Peace Research**, 1969.

JAMES, A. **Peacekeeping in International Politics**. [s.l.] Palgrave Macmillan UK, 1990.

JENKINS, D.; LEROY, J. **Histories of Racial Capitalism**. New York: Columbia University Press, 2012.

JONES, B. G. **Branwen Gruffydd Jones - Decolonizing International Relations**. [s.l.] Rowman & Litlefield , 2006.

LIPSITZ, G. **The Possessive Investment in Whiteness**. Philadelphia: Temple University, 2006.

MACHADO, C. E. D. A construção da raça branca e a suposta incapacidade intelectual negra para a ciência, tecnologia e inovação. 2018.

MAIDANA, J. R. **Operações de paz multidimensionales das Nações Unidas: consolidação (ou não) desse instituto jurídico internacional para situações de pós-conflito intraestatais a partir da experiência da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, MINUSTAH**. [s.l: s.n.].

MCINTOSH, P. White Privilege: Unpacking the Invisible Knapsack. **Independent School**, v. 49, 1988.

MILLS, C. W. (CHARLES W. **The racial contract**. Cornell University ed. New York: Cornell Paperbacks, 1997.

PARIS, R. **Peacebuilding and the Limits of Liberal Internationalism**. [s.l: s.n.].

RICHMOND, O. P.; FRANKS, J. Liberal Peacebuilding in Timor Leste: The Emperor's New Clothes? **International Peacekeeping**, v. 15, n. 2, p. 185–200, 2008.

SAID, E. W. **Orientalismo o oriente como invenção do ocidente**. SCHWARCZ ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, Hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. São Paulo: Univesidade de São Paulo, 2012.

SILVA, I. C. DA. **CONGO A GUERRA MUNDIAL AFRICANA**. 1. ed. Porto Alegre: CEBRAFRICA, 2012. v. 1

SILVA, K. DE S. Esse silêncio todo me atordoa" A surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **RIL Brasília**, v. 229, p. 37–55, 2021.

SMITH, S. The discipline of international relations: still an American social science? **British Journal of Politics and International Relations**, v. 2, n. 3, p. 374–402, 2000.

UNITED NATIONS. **United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines**. 10017. ed. New York: Department of Peacekeeping Operations, 2008.

VITALIS, R. **White World Order, Black Power Politics: The Birth of American International Relations The United States in the World**. [s.l.] Cornell University Press, 2015.